

20º Congresso Brasileiro de Sociologia

12 a 17 de julho de 2021

UFPA – Belém, PA

GT 10- Movimentos sociais, protestos e ativismos em contextos de crises: abordagens
analíticas e empíricas

O que reivindica a sociedade civil: manifestos públicos em tempos de Covid-19

Adriana Cattai Pismel, UNICAMP, bolsa de doutorado Capes

Ana Claudia Teixeira Chaves, UNICAMP, professora colaboradora

Introdução

A pandemia foi atravessada no Brasil por dois processos extremamente graves que já estavam em curso. De um lado, um processo de desdemocratização¹ (Bianchi; Chaloub et al., 2021) e de outro um processo de piora da desigualdade e das condições de vida das pessoas. O acirramento da desigualdade não foi uma constatação apenas nacional. A percepção de que a pandemia tornou as desigualdades mais visíveis e que não podemos voltar ao “normal”, pois o “normal” era o problema, também foi feita por movimentos de justiça social em outros países (Pleyers, 2020).

Entretanto, no Brasil, o que já era ruim em termos de qualidade de vida e da democracia, ficou ainda pior com a pandemia. Os dados são inequívocos. Em termos de segurança alimentar, a Pnad apontava uma piora entre 2017/2018. Pesquisa realizada no final de 2020 destacou que 59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população: 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas (Galindo et al, 2021). Do ponto de vista da renda, o Datafolha apontou que metade dos brasileiros viu sua renda reduzida pela metade durante a pandemia². Relatório da Oxfam Brasil aponta que a desigualdade foi aprofundada em todo o mundo, inclusive no Brasil. Os mil maiores bilionários do mundo recuperaram as perdas da pandemia em apenas nove meses, já os mais pobres levarão mais de uma década para voltar ao nível que estavam antes da crise (Oxfam Brasil, 2021).

Do ponto de vista da responsabilidade do governo Bolsonaro para o agravamento da epidemia, estudos destacam como houve uma “estratégia institucional de propagação do vírus”, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da

¹ Desdemocratização é um dos termos que têm sido utilizados para descrever o processo de colapso e de regressão democrática que atravessa vários países, com a ascensão de grupos de extrema direita ao poder por via eleitoral. O termo foi utilizado por Charles Tilly e Wendy Brown com sentidos diferentes. Há vários outros termos empregados para definir o mesmo processo, tais como crise da democracia, morte da democracia, democracia iliberal, pós-democracia, desconsolidação ou desconstrução democrática.

² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na-pandemia-diz-datafolha.shtml?origin=uol>

Presidência da República (Bahia et al, 2021; Conectas Direitos Humanos, 2021). Além de responsável direto pelo agravamento da pandemia, durante este ano e meio, Bolsonaro sistematicamente atacou as instituições democráticas: mídia, Supremo Tribunal Federal, sistema de justiça, sistema eleitoral, organizações da sociedade civil, ativistas.

Face a estes enormes desafios, qual tem sido o saldo organizativo da sociedade civil diante da pandemia? As saídas têm sido individuais ou coletivas? A sociedade se organizou mais por causa da pandemia? Se sim, em que direção? Para responder a essas perguntas serão necessárias pesquisas de maior fôlego. Dados parciais têm apontado que houve muita ação da sociedade civil na distribuição de cestas básicas e ações solidárias das mais variadas.³ É impossível saber precisamente quanto já foi mobilizado em termos de recursos financeiros e produtos doados, mas a pesquisa do GIFE de monitoramento das doações aponta que, ao longo de 2020, elas foram crescentes. A estimativa atual - em junho de 2021 - é de que mais de 7 bilhões de reais já foram doados por empresas e pessoas físicas.⁴ O campo de pesquisa sobre associativismo tem buscado compreender não somente as formas organizativas mas as relações Estado e sociedade em tempos de pandemia (Andion, 2020; Alves e Costa, 2020; Abers, Rossi e Bulöw, 2021).

Nessa direção, este artigo aborda as seguintes perguntas específicas: além de ações de solidariedade emergencial, quais foram as demais ações da sociedade civil? Quais agendas e causas mobilizaram a sociedade? Como a sociedade se mobilizou e lidou com as oportunidades e ameaças relacionadas à pandemia e aos processos de desdemocratização? Para que futuro pós pandêmico estas propostas apontam?

Nosso argumento, a ser desenvolvido aqui, é que tanto a pandemia quanto as tentativas de “fechamento” do regime político por parte de Bolsonaro redefiniram as

³ Há várias iniciativas de mapeamento da atuação da sociedade civil na pandemia. Destacamos, entre elas, o Mapa Colaborativo produzido pela UFABC e parceiros (mapacolaborativo.org.br), o Mapa dos Movimentos Contra a Covid-19, elaborado pela Central de Movimentos Populares (<https://movimentoscontracovid19.com/>), a iniciativa do Coep-Brasil de Monitoramento da sociedade civil no combate ao coronavírus (<https://coepbrasil.org.br/iniciativas-da-sociedade-civil-no-combate-ao-coronavirus/>), e o “Repositório Mobiliza Covid-19” (<http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/>), da UnB.

⁴ Ver site de monitoramento das doações: <https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt>.

oportunidades políticas para os movimentos. Como argumentaram Abers et al. (2021), os movimentos no plano nacional foram excluídos da coalizão que resolveria os problemas da pandemia, pois ou estavam contra as ações do governo federal ou denunciavam sua falta de ação. Ao serem excluídos e vistos até como inimigos pelo governo, os movimentos agiram num contexto que foi mais de ameaça do que de oportunidade. Os movimentos - como tem sido documentado pela bibliografia (ver a síntese de Abers, Tatagiba e Silva, 2018) - olham para os contextos como oportunidades e ameaças. Além disso, como já chamou a atenção Tarrow (2009), os movimentos não apenas respondem a oportunidades (e restrições) políticas externas, eles também criam oportunidades para si e para outros atores políticos na medida em que desenvolvem suas ações.

Os movimentos na pandemia brasileira foram emblemáticos nessa direção. Ao atuarem neste contexto operaram três deslocamentos significativos: 1. Reagiram às ameaças da pandemia e da desdemocratização; 2. construíram *frame bridges*, ou seja, pontes entre suas bandeiras de luta e a situação da pandemia; 3. Estão construindo uma nova concepção de solidariedade de sentido público democrático que chama atenção para o dever coletivo de responsabilidade pública.

Para sustentar este argumento, analisamos 72 documentos⁵, produzidos por um amplo conjunto de atores que vocalizam ideias e temas muito diversos - que vão desde a sugestão de medidas emergenciais e políticas públicas que poderiam auxiliar no combate à pandemia, passando por críticas à inação do poder público, até a proposição de novos paradigmas e modelos de sociedade. Este trabalho busca iluminar uma forma específica de incidência política da sociedade civil mobilizada no contexto da pandemia de covid-19, qual seja, os manifestos públicos. Neste artigo identificamos e analisamos quais foram as principais causas levantadas por movimentos sociais durante a primeira onda da doença no país. Ele é fruto de um relatório descritivo sobre o mesmo tema (Teixeira e Pismel, 2020).

⁵ A relação desses documentos, contendo seus principais dados e link de acesso, pode ser encontrada na página 36 do relatório “Manifestos Públicos em Tempos de Covid-19”. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/manifestos_publicos_em_tempos_de_covid_19.pdf

No contexto da pandemia alguns repertórios, como protestos nas ruas, foram utilizados em menor quantidade, por motivos sanitários (della Porta, 2020). Os manifestos públicos sempre compuseram o repertório de ação coletiva, mas, devido à necessidade de distanciamento social, eles se tornaram uma das poucas estratégias disponíveis aos sujeitos políticos para intervir no cenário nacional. Os repertórios são o conjunto de performances rotinizadas realizadas por um movimento social para estar na cena pública e buscar provocar mudanças. Eles podem variar historicamente a depender do lugar, do tempo e dos atores envolvidos (Tilly, 2006, p. 35; Alonso, 2012).

Para este artigo, definimos *Manifesto público* como todo documento construído coletivamente e assinado, que expressa o posicionamento oficial de um conjunto de sujeitos face a determinado tema. Eles podem ser de denúncia e/ou de proposição sobre a temática abordada. Em geral são assinados por organizações, mas, mesmo quando assinados por indivíduos, são fruto de uma ação coletiva desses indivíduos inseridos e relacionados em grupos. Esses documentos se mostraram uma rica fonte de dados para mapear os atores coletivos demandantes, as questões e conflitos ativados por eles e seus alvos - elementos essenciais para identificar os movimentos sociais (Diani e Bison, 2010). Os manifestos são uma boa fonte para perceber como os movimentos disputam narrativas sobre a pandemia, são formas tanto de enquadramento dos problemas quanto formas de apontar soluções. São bons instrumentos, portanto, para perceber as disputas de narrativas sobre a pandemia, bem como o papel de controle sobre os políticos desempenhado por esses atores sociais (Pleyers, 2020).

Em termos metodológicos, neste trabalho houve coleta de notas, informes ou cartas de repúdio, que, em poucas linhas, expressavam o desacordo com os rumos das políticas de enfrentamento da doença e das suas consequências sociais e econômicas e, em muitos casos, também sugeriam alternativas.

Os dados foram recolhidos entre abril e agosto de 2020, a partir do acompanhamento de sites e mídias sociais de vários movimentos sociais, busca de notícias nas imprensas tradicional e alternativa, e por meio da contribuição de pessoas da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. Os critérios

para a seleção foram: 1) documentos de proposição ou repúdio voltados a órgãos de Estado ou à sociedade; 2) documentos “nacionais” ou “regionais” - descartamos textos produzidos nos âmbitos estadual, municipal ou por comunidades, bem como os textos elaborados por uma única instituição local; 3) não consideramos *posts* inseridos em mídias sociais por um único indivíduo, mas, sim, documentos assinados por coletivos e/ou indivíduos organizados coletivamente; 4) não nos restringimos apenas a movimentos sociais mais conhecidos, buscamos incluir inclusive iniciativas fora do campo movimentalista para perceber proximidades e diferenças, tais como grupos de juristas e iniciativas de fundações empresariais; 5) não incluímos campanhas de solidariedade emergencial, nem cartilhas orientadoras; 6) descartamos notas de médicos ou especialistas.

Os manifestos não têm um formato único. Foram lançados documentos de uma página e outros com mais de cem páginas. Todos têm um caráter de denúncia, mas 70% deles são também propositivos, ou seja, têm uma perspectiva ao mesmo tempo de denunciar e de apresentar alternativas para enfrentar a covid-19 e suas consequências. Metade deles (35) mencionam políticas públicas concretas, seja para defendê-las, seja para criticá-las. Em relação a quem se destinam, em geral estão dirigidos aos poderes públicos: Executivo, Legislativo, Judiciário, STF etc. Muitos, no entanto, são como “campanhas abertas” que parecem se voltar para a sensibilização da sociedade.

Quanto aos proponentes, 27 são assinados por organizações, sendo que a maior parte foi assinado por até 100 organizações e apenas em sete há assinaturas de mais de 100 organizações; 19 são assinados apenas por indivíduos e dois mesclam a assinatura de indivíduos e organizações. Vinte e quatro não têm assinatura, casos em que as próprias organizações proponentes são articulações, como a Associação Brasileira de ONGs ou a Coalizão Negra por Direitos. Ou seja, denotam autoria explícita e coletiva.

Como veremos a seguir, do ponto de vista temporal, no início da pandemia as pautas eram mais em torno de propostas para garantir direitos ou assistência aos mais vulneráveis. Com o passar das semanas, e com a limitada ação do Governo Federal –

ou melhor, com sua ação de negar a pandemia e fazer ameaças de rupturas democráticas – os documentos, ao mesmo tempo que continuaram discutindo formas de amenizar os efeitos da pandemia, foram se posicionando pela democracia, contra o governo – pelo impeachment – e contra o fascismo. Do fim de maio em diante, com a onda global de protestos contra a morte de George Floyd, as cartas passaram a mencionar mais enfaticamente o racismo. Não que sua denúncia não estivesse presente nos manifestos desde o início da pandemia, mas a necessidade de uma luta antirracista para enfrentar a pandemia ganhou mais projeção.

Em relação aos conteúdos, há seis “causas” mais abordadas. São elas: combate à desigualdade e vulnerabilidade social; segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar; saúde; meio ambiente; economia, trabalho e renda; e defesa da democracia. Neste trabalho serão detalhadas as duas causas que mais se destacaram no conjunto de documentos analisados e que aglutinam as demais causas em torno de si: a saúde e a defesa da democracia. Além de serem centrais nos manifestos, ao focar nessas causas também é possível dialogar com a literatura mais recente que busca refletir sobre a ação de movimentos sociais na pandemia num contexto maior de crise da democracia (Abers e von Bulöw, 2020; della Porta, 2020; Pleyers, 2020; Andion, 2020; Alves e Costa, 2020; Abers, Rossi e Bulöw, 2021).

Além dessas, há pautas de longo prazo, que apontam para um horizonte utópico pós-pandêmico. Alguns documentos fazem referência à necessidade de mudanças de paradigma, ou denunciam os efeitos do neoliberalismo e reivindicam um novo modelo de desenvolvimento que se diferencie dos existentes e contemple os mais vulneráveis. Cinco tópicos chamam à atenção nesta direção: o questionamento do capitalismo e seu modelo predatório; a crise política e defesa da democracia; a desigualdade de raça, classe e gênero; a importância do papel do Estado e a crítica ao neoliberalismo; e a centralidade da solidariedade para pensar o futuro. Estes dois últimos tópicos serão tratados neste texto, devido à forte conexão feita entre eles e as causas da saúde e da defesa da democracia pelos manifestos coletados.

Este artigo está dividido em quatro partes. Além da introdução, apresentamos no primeiro item uma breve revisão teórica dos conceitos com os quais estamos

trabalhando neste artigo. No segundo item, apresentamos duas causas principais mobilizadas pelos manifestos: saúde e democracia. No terceiro item, destacamos alguns elementos que apontam os horizontes pós-pandemia presentes nos manifestos. E por fim, fazemos algumas considerações finais.

1. Manifestos públicos no contexto de pandemia: fechamento do Estado e o estatuto da sociedade civil

Há diferentes formas de lidar teoricamente com as formas de participação da sociedade civil nos problemas públicos (Andiron, 2020; Costa e Alves, 2020). Parte do debate sobre o papel da sociedade civil na relação com o Estado pautou-se por uma crítica à visão neoliberal de substituição do Estado por organizações da sociedade civil, questionando-se o papel assistencialista de muitas iniciativas presentes no mercado e na sociedade (Almeida, 2006).

A necessidade de se discutir sobre o papel da sociedade civil na relação com o Estado tornou-se mais premente, não apenas por causa dos efeitos da pandemia sobre o associativismo civil, mas porque no caso brasileiro isso se dá num contexto de ascensão de governo de direita no Brasil. A pandemia encontra um terreno de combinação ideológica entre ultraliberalismo e conservadorismo (Brown, 2019). Para alguns o momento é de pós-democracia ou de desconstrução democrática (Ballestrin, 2018).

Num contexto de crises da epidemia e da democracia, a equação sobre o papel da sociedade civil é suscetível a muitas interpretações. Estudar as “causas” pelas quais a sociedade se mobiliza é uma das formas de compreensão sobre este papel.

De acordo com Tatagiba, Abers e Silva (2018, p. 109), “causas” são o conjunto de “ideias propostas e defendidas por movimentos [que] normalmente envolvem mudar o status quo ou defender o status quo de tentativas de mudança.” Essas causas não estão voltadas apenas ao Estado, mas ao conjunto da sociedade. Como nos lembra

Melucci (1996), nem todas as causas, nem todos os conflitos, podem ser resolvidos pelas instituições.

Ao olhar para essas causas e recuperar a trajetória de luta de seus proponentes, identificamos a ocorrência do que a literatura de movimentos sociais denomina *frame bridging* (Snow et al, 1986). Assim como a literatura tem destacado (Abers e von Bulöw, 2020; della Porta, 2020), observam-se causas que são na verdade “*frame bridging*”, ou seja, as organizações e articulações criam pontes entre as demandas atuais da pandemia e suas agendas anteriores. Isso ocorre quando há semelhanças entre as interpretações do movimento e as interpretações socialmente estabelecidas, sendo necessária apenas a conexão entre estes elementos (Snow et al, 1986).

Os *frames* (quadros ou enquadramentos) são ““esquemas de interpretação” que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular” ocorrências em seu espaço de vida e no mundo em geral”. (Goffman, 1974, p. 21 *apud* Snow et al, 1986, p. 464). Os quadros permitem organizar e dar sentido à experiência vivida de forma individual e coletiva, e tem o potencial de mobilizar as pessoas para a ação coletiva.

Desse modo, a estratégia de *frame bridging* corresponde à “ligação de dois ou mais quadros ideologicamente congruentes, mas estruturalmente desconectados relacionados a um determinado problema ou tema” (Snow et al, 1986, p. 467, tradução nossa). A criação de pontes entre enquadramentos pode ocorrer entre movimentos sociais ou entre movimentos e indivíduos, quando as organizações de movimento conseguem sensibilizar e mobilizar segmentos da opinião pública. Assim sendo, verificamos que a pandemia possibilitou às organizações e articulações proponentes dos manifestos públicos criarem pontes entre as demandas atuais da pandemia e suas agendas anteriores e vocalizá-las por meio de manifestos públicos, que ressoam entre diversos setores da sociedade via redes. Esses manifestos mostraram que há lastro de sentimentos e ideias para gerar conexões entre movimentos e a “profusão de sentimentos desmobilizados na sociedade” (Benford e Snow, 1986, p. 624). Há semelhanças entre as interpretações dos movimentos e as interpretações socialmente aceitas. Nesse sentido, podemos identificar as ligações das agendas dos movimentos tanto com o momento imediato de resposta à pandemia, quanto com as possíveis

conexões feitas para se imaginar o momento pós-pandemia. Sobre isso, traremos dados nos próximos dois itens.

Mais especificamente no terceiro item, abordaremos o papel que a solidariedade vem adquirindo na construção de projetos de futuro pós-pandemia. França Filho e Leal (2021) apresentam quatro formas mais conhecidas de solidariedade. A primeira diz respeito às práticas de solidariedade baseadas na filantropia e no assistencialismo. Essas ações geralmente são de âmbito privado e podem ser praticadas de forma individual ou institucional, por meio de empresas ou fundações. O segundo tipo de solidariedade está relacionado a ações comunitárias de ajuda mútua desenvolvidas a partir de vínculos tradicionais. Essas ações são “traduzidas em práticas de reciprocidade que são tecidas no cotidiano da vida das pessoas, especialmente nos setores populares, onde inclui-se tarefas como o abastecimento familiar, o cuidado com crianças e idosos, entre outras” (França Filho e Leal, 2021, p. 288)

O terceiro e quarto tipos são definidos como sendo solidariedades públicas e democráticas. A terceira expressão de solidariedade estaria associada ao surgimento de iniciativas de auto organização desenvolvidas pela sociedade civil organizada nos territórios e que atendem um conjunto diverso de demandas vindas dessas comunidades. Apesar de se basearem na ajuda mútua e reciprocidade, esse terceiro tipo se diferencia do anterior por possuir uma “dimensão de governança democrática, indicando uma lógica recíproca aberta sobre a alteridade, ou seja, que se projeta num espaço público” (Laville e Eynaud, 2019 *apud* França Filho e Leal, 2021, p. 288). Já o quarto tipo de solidariedade apresentado é aquele que deveria guiar as ações do Estado e ser promovido por ele. Desse modo, a solidariedade seria o conjunto de “práticas de redistribuição organizadas sob uma base legal pelos poderes públicos de estado e traduzidas em políticas públicas viabilizadoras de uma agenda de acesso à direitos para os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade” (França Filho e Leal, 2021, p. 288).

Para França Filho e Leal (2021) o terceiro tipo de solidariedade apresentado foi o mais praticado pela sociedade civil brasileira durante o contexto de pandemia. Sabendo que o debate sobre os sentidos dessa solidariedade está em curso, buscamos contribuir com ele apresentando uma definição de solidariedade que surge dos manifestos públicos analisados. Como abordaremos no terceiro item deste artigo, essa noção de solidariedade que está sendo construída, possui um forte componente de dever de responsabilidade pública e dialoga com os dois sentidos de solidariedade pública e democrática apresentados por França Filho e Leal (2021).

2. Causas centrais no contexto da pandemia

Conforme apresentado na introdução, a chegada da pandemia restringiu a ocupação das ruas. Apesar disso, os movimentos de base se adaptaram às circunstâncias e se mostraram consideravelmente ativos durante a primeira onda. Além da realização de ações solidárias emergenciais, esses atores também produziram manifestos públicos para publicizar a leitura que faziam daquele momento. A análise desses documentos permitiu identificar os diagnósticos e soluções propostos pelos atores e endereçados ao poder público e à sociedade.

Nessa seção são exploradas as duas causas mais presentes nos manifestos coletados, as causas da saúde e a defesa da democracia. Dos 72 documentos, 17 destacavam majoritariamente a causa da saúde e 30 a causa da defesa da democracia, 13 destacavam as duas causas enfatizando mais a primeira ou a segunda, e em 12 documentos elas não foram relevantes ou mesmo citadas.

Após analisar o conteúdo desses documentos para entender o que eles tinham a dizer sobre as duas causas, ordenamos os manifestos cronologicamente com base na data de publicação. A combinação dessas duas análises permitiu a elaboração de uma linha do tempo que mostra a evolução dessas causas durante o período estudado (ver anexo Linha do Tempo).

Como pode ser observado na Linha do Tempo, cada manifesto é representado por um retângulo, que varia de cor de acordo com a causa predominante em seu

conteúdo. Os documentos estão ordenados temporalmente, desse modo, é possível ver que a causa da saúde foi bastante citada nos primeiros meses da pandemia, mas com o passar do tempo a defesa da democracia vai ganhando maior protagonismo. Para ilustrar essa mudança no discurso, apresentamos os proponentes e o título de alguns manifestos na linha do tempo. Alguns desses documentos também são citados no decorrer do texto. A seguir apresentamos o que esse conjunto de documentos dizia sobre estas causas, as pontes construídas entre elas e outras causas e comentaremos como a centralidade inicialmente dada à promoção da saúde foi sendo deslocada para a defesa da democracia, à medida que a pandemia e a crise política se agravavam.

Em meados de março, os primeiros manifestos relacionados à pandemia começaram a circular e a saúde era o tema abordado com maior frequência. Dos 14 manifestos lançados neste mês, onze chamavam atenção para essa causa. No geral, os documentos dedicados a essa causa se dirigiam especialmente aos poderes públicos e faziam referência ao direito à Saúde, à defesa e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS) ou recomendavam o fortalecimento de políticas públicas e equipamentos de saúde, a adoção de medidas sanitárias e ações estratégicas para combater a disseminação do vírus⁶, especialmente nos territórios e populações mais vulneráveis. Em geral, há um diálogo implícito entre os documentos, o que indica a existência de um grande consenso sobre o que era preciso fazer na área da saúde no nível local e federal no que se referia à pandemia. Além de bastante propositivos, também criticavam o atraso do governo federal em dar respostas ao avanço da pandemia. As críticas se referem também a medidas pulverizadas e danosas que foram tomadas sem a participação da sociedade, contribuindo para a piora dos efeitos da pandemia conforme bem analisado no Relatório da Conectas (Conectas Direitos Humanos, 2021).

⁶ Documentos onde aparecem estes temas: Carta das Mulheres Negras sobre o covid-19 à sociedade brasileira; Frente unificada por políticas públicas solidárias que garantam, durante a pandemia, o acesso universal e igualitário aos serviços hospitalares através do SUS”; Propostas de medidas para reduzir os impactos da pandemia de covid19 nos territórios das favelas brasileiras”; Propostas da sociedade civil para a garantia de direitos humanos, proteção e atendimento à população em situação de rua na prevenção e combate ao coronavírus; É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal; O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

No caso específico da saúde, é possível identificar a criação de pontes (as já mencionadas *frame bridging*) entre medidas urgentes para conter a pandemia com reivindicações já conhecidas dos movimentos defensores do SUS e com outras causas identificadas por nossa pesquisa.

Por exemplo, o documento organizado pela Articulação do Semiárido (ASA)⁷, além de pedir o fortalecimento de equipamentos e serviços de saúde que atendessem às populações mais vulneráveis nas áreas rurais e indígenas, também defendia a reativação de políticas de comercialização da agricultura familiar para diminuir a insegurança alimentar durante a pandemia. A saúde também foi vinculada à defesa do serviço público de saneamento básico⁸, sob o argumento de que a ampliação de serviços de saneamento – ainda que executados a longo prazo – beneficiaria diretamente a saúde pública ao proporcionar condições de vida digna e diminuir a propagação de doenças.

A maioria desses documentos articula a defesa de um sistema de saúde público e universal com a existência de um Estado presente, que coloca o bem comum e a garantia dos direitos como orientadores de sua ação⁹. Por conta disso, o *frame bridging* mais expressivo foi realizado entre a defesa da saúde e a pressão pela revogação da Emenda Constitucional 95¹⁰. O diagnóstico de que para enfrentar a crise sanitária era preciso derrubar o teto de gastos públicos aparece em 15 dos 72 documentos analisados. De acordo com uma petição enviada à ministra Rosa Weber pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu)¹¹, o SUS já “perdeu 30 bilhões [de reais] sob vigência da Emenda do Teto nos últimos 2 anos” (p.16). Para a Plataforma dos

⁷ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante a pandemia.

⁸ Defender os serviços públicos pela garantia do acesso à água e ao esgotamento sanitário para toda a população.

⁹ Manifesto estamos juntos; Mulheres em luta contra o desgoverno genocida!; Todas as vidas valem; O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade.

¹⁰ A Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, congelou o aumento dos gastos sociais por 20 anos.

¹¹ Urgente apreciação de medida cautelar e da tutela de urgência incidental para suspensão dos efeitos dos artigos 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela Emenda Constitucional 95, de 2016.

Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político¹² era preciso revogar essa medida para que o país tivesse condições de elevar o gasto com Saúde, Segurança e Assistência nos meses seguintes. Pois essa Plataforma compreende o orçamento público como investimento e não despesa para o Estado, como sugerem os mais simpáticos ao discurso neoliberal de Estado mínimo.

O tom das críticas ao governo federal aumentou após o pronunciamento feito por Bolsonaro, em 24 de março de 2020, no qual comparou a pandemia de covid-19 à uma “gripezinha”. Essa fala foi bastante criticada nos manifestos. Segundo o manifesto¹³ escrito pela Central de Movimentos Populares (CMP) e parceiros, o governo Bolsonaro “ataca os direitos, aumenta o autoritarismo e despreza o povo”. Para o Movimento Negro Unificado (MNU)¹⁴, o pronunciamento de Bolsonaro foi na contramão de dados científicos e da mobilização global por distanciamento social, e fragilizou nossas chances de vencer a pandemia.

Os documentos que tinham a causa da saúde como centro se mantiveram bastante propositivos até meados de maio. Após isso, as menções à saúde foram diminuindo e os textos passaram a abordar mais a defesa da democracia. Enquanto em março as menções à crise do sistema político e defesa da democracia haviam aparecido em três manifestos¹⁵, em junho elas foram citadas em 14 deles. Essa transição de uma causa a outra pode ser identificada na linha do tempo, quando os manifestos relacionados à saúde (cor amarelo) vão diminuindo e os que se dedicaram à defesa da democracia (na cor azul) foram ganhando predominância.

Junto com a crise sanitária e econômica, o Brasil também vive uma crise política. As ameaças à democracia foram concretas e não apenas bravatas. Três pontos nevrálgicos aparecem nos textos que têm a defesa da democracia: a) a desinformação, b) a não separação entre os poderes e o controle necessário numa democracia de um poder sobre outro, e c) a falta de liberdade de expressão e de manifestação. Sobre a

¹² Contra a pandemia, a opção solidária.

¹³ Propostas dos movimentos populares para enfrentar a crise do coronavírus.

¹⁴ Nota do MNU O presidente Bolsonaro pode nos matar.

¹⁵ Todos reprovando o pronunciamento feito pelo Presidente da República em 23 de março de 2020.

necessidade de acesso à informação de qualidade, alguns documentos¹⁶ mencionaram a necessidade de combate às *fake news* produzidas por setores do próprio governo, oferecer medidas educativas à população em relação ao acesso à informação, e desenvolver campanhas de informação. Assim como identificado pela literatura (Pleyers, 2020), esses atores sociais não apenas colocaram o problema e convocaram os poderes públicos a tomar providências, eles também tiveram papel ativo de contra atacar a desinformação ao produzirem e circularem informações (específicas para cada público) sobre prevenção e isolamento social de acordo com as normas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde.

Quanto às ameaças à autonomia e independência dos poderes, os Supremo Tribunal Federal, Judiciário, Legislativo e a imprensa foram frequentemente intimidados por Bolsonaro e seus ministros. Em agosto de 2020, veicula-se uma notícia de que o presidente em exercício teria decidido enviar tropas em maio de 2020 para destituir a Corte do STF, logo após uma consulta de um dos decanos à Procuradoria Geral da República se deveria ou não apreender o celular de Bolsonaro e de um dos seus filhos¹⁷. Bolsonaro teria sido dissuadido dessa ideia por militares no governo. O “Manifesto Juntos pela democracia e pela vida” denuncia que o governo buscava sistematicamente capturar as instituições de aplicação da lei para seus fins particulares, fazendo da intimidação a vozes dissonantes um padrão de atuação.

Por fim, o terceiro ponto de crise da democracia são as ameaças aos direitos de livre expressão e manifestação. Os policiais antifascistas¹⁸ denunciam estar sendo investigados e explicam que não podemos voltar “à normalidade, porque a normalidade era o problema”. Essa frase mostra como o problema do autoritarismo não seria novo, apenas foi aprofundado.

No documento “Carta ao povo de Deus”, bispos e arcebispos católicos reforçaram que era preciso ampliar o diálogo nacional entre diferentes setores e grupos

¹⁶ Contra a pandemia, a opção solidária; Carta Das Mulheres Negras Sobre O Covid-19 À Sociedade Brasileira; Basta!; FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!; Pandemia Covid-19 e Direitos Humanos no Brasil; O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis.

¹⁷ <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>

¹⁸ Policiais Antifascismo em defesa da Democracia Popular.

comprometidos com a democracia para que fosse possível restabelecer “o respeito à Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito, com ética na política, com transparência das informações e dos gastos públicos”. Esse entendimento de que é preciso reafirmar o compromisso com a democracia e ampliar o diálogo e unir esforços para sairmos das crises sanitária, econômica e política também está presente no manifesto “Carta aberta” lançado por empresárias(os) e executivas(os) do mundo corporativo.

As ameaças constantes à democracia e o aprofundamento da pandemia levaram ao diagnóstico de que o comportamento do presidente aprofundava a pandemia e a crise política nacional¹⁹. Para poder superá-las seria preciso retirá-lo do cargo. Isso fez com que aumentasse o número de vozes pedindo o *impeachment*²⁰ de Bolsonaro ou que a chapa Bolsonaro Mourão fosse cassada pelo TSE e convocadas novas eleições²¹. A ameaça à democracia fez com que amplos setores se unissem para defendê-la²². Por exemplo, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo²³ assinaram um manifesto em conjunto para levantar a bandeira “Fora Bolsonaro”.

Como formas de se organizar e aglutinar forças, em meio à pandemia, vimos surgir ou se reorganizar as “Mulheres derrubam Bolsonaro”²⁴, frentes antifascistas²⁵, e o fortalecimento e maior visibilidade para as coalizões de movimentos negros. Por outro lado, há tentativas de convocar até a direita em defesa da democracia. Por

¹⁹ De acordo com o manifesto “Nota da ABONG - Só a vida interessa. Mais Sociedade Civil. Mais Estado. Menos Mercado!” lançado pela ABONG, “As reiteradas posturas do Presidente da República não atendem à responsabilidade que o cargo exige, põem em risco o funcionamento de todas as instituições do Estado brasileiro, afrontam as normas constitucionais e a implementação das políticas públicas que visam garantir a saúde, a segurança, a economia popular e as demais condições necessárias para a vida do povo brasileiro.”

²⁰ Petição de impeachment popular com nomes de representantes das entidades; Nota do MNU - O presidente Bolsonaro pode nos matar

²¹ Contra a pandemia, a opção solidária; FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!; Manifesto “O governante sem discernimento aumenta as opressões – Um clamor de fé pelo Brasil”; Para salvar vidas e não os lucros: FORA BOLSONARO!; Fora Bolsonaro e Mourão! Queremos Nova Eleição! 1º de Maio de 2020 - Dia de Luta de toda a classe que vive do trabalho; Manifesto dos Espíritas progressistas pela abertura do processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão.

²² No documento “Carta aberta”, há um chamado para que “as lideranças empresariais deste país se ergam acima das divergências que nos separam e ajudem de forma integral e presente na construção de um projeto para um Brasil justo, sustentável, próspero, democrático, ativo e generoso”.

²³ Para salvar vidas e não os lucros: FORA BOLSONARO!

²⁴ Manifesto Levante das Mulheres Brasileiras #MulheresDerrubamBolsonaro.

²⁵ Manifesto pela unidade antifascista.

exemplo, o manifesto “Estamos Juntos” pede que as velhas disputas políticas sejam colocadas de lado em busca do bem comum, e que esquerda, centro e direita se unam para defender, entre outras pautas, os valores éticos, a ciência, a verdade e a democracia.

Como remédios para combater a escalada autoritária, faz-se referência à defesa da livre manifestação²⁶ e atuação dos movimentos sociais e a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos²⁷, bem como a defesa dos espaços de participação social²⁸.

3. Visões de mundo e propostas para o pós-pandemia

A análise dos documentos mostrou que suas proposições não se restringem ao atual cenário pandêmico. Diversos manifestos fazem referência à necessidade de mudanças de paradigma e visões de mundo, ou denunciam os efeitos do neoliberalismo e reivindicam um novo modelo de desenvolvimento que se diferencie dos existentes e contemple os mais vulneráveis. O foco central dos manifestos coletados não estava em pensar no pós-pandemia, mas é possível fazer uma leitura das alternativas que estão presentes, de alguma forma, nos textos. Conforme apontado na introdução, cinco tópicos se destacaram mais nos manifestos, mas aqui vamos nos concentrar em dois deles - a importância do papel do Estado e a crítica ao neoliberalismo, e a centralidade da solidariedade para pensar o futuro - por possibilitarem um maior diálogo com as causas de saúde e de defesa da democracia.

Quanto ao primeiro, alguns manifestos chamam atenção para a *importância do papel do Estado e tecem críticas ao neoliberalismo*. Eles defendem um Estado mais presente e atuante na garantia e promoção de direitos básicos, principalmente o direito à saúde. Por exemplo, um deles²⁹ exige que o Estado regule o setor privado e sua

²⁶ Diplomacia e Democracia.

²⁷ Enquanto houver RACISMO, não haverá DEMOCRACIA.

²⁸ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

²⁹ É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal.

relação com o setor público e pede à sociedade que não deixe de lutar pela construção de um sistema de saúde público, gratuito e universal, com controle social e financiamento autônomo. Outra iniciativa³⁰ argumenta que a pandemia mostrou que o Estado precisa ser mais presente e que investir em saúde e políticas de bem-estar não é encargo, mas investimento. Assim sendo, defende que “o Estado deve exercer papel fundamental na garantia de direitos sociais e individuais e na promoção do crescimento e do desenvolvimento nacional inclusivo”.

Para os proponentes desses manifestos, a pandemia “revelou o fracasso da política neoliberal da América Latina e do Caribe”³¹ e mostrou que são insustentáveis as economias que insistem nesse sistema “que privilegia o monopólio de pequenos grupos poderosos em detrimento da grande maioria da população”³². O diagnóstico de que o neoliberalismo é insustentável a longo prazo e que é incapaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas perpassa a maioria dos documentos coletados.

A constatação de que a crescente adoção de políticas de austeridade e neoliberais, especialmente na área da saúde, é um dos fatores que colabora para a dificuldade de enfrentar a pandemia, não se restringe somente ao caso brasileiro. Pleyers (2020) aponta que essa denúncia também é feita por movimentos sociais em outros países.

Por entenderem que nenhum dos modelos de desenvolvimento já aplicados são bons para os mais pobres e vulneráveis, defendem que é preciso construir um novo modelo de desenvolvimento que seja justo, inclusivo, solidário, igualitário e que coloque a vida acima do lucro³³. Neste sentido, podemos dizer que essas iniciativas apontam para uma mudança de paradigma³⁴ ao defenderem que no centro desse novo modelo estejam a vida e o bem-estar coletivo e não o lucro ou a mercadoria.

³⁰ Tributar os ricos para enfrentar a crise.

³¹ Em defesa da vida. Solidariedade, democracia e paz para enfrentar a pandemia do COVID-19.

³² Carta ao Povo de Deus.

³³ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

³⁴ Covid19, Urbanismo e Vulnerabilidade; Carta aberta.

Em relação ao segundo tópico, a *centralidade da solidariedade para pensar o futuro*, foram identificados três sentidos de solidariedade evocados pelos manifestos. De um lado, há a busca por sensibilizar e estimular a sociedade a apoiar ações emergenciais, como distribuição de alimentos e kits de higiene. De outro, emerge a ideia de que é preciso acolher e “honrar o luto e a memória das famílias que vivem a perda de entes queridos”³⁵. Por exemplo, os espíritas progressistas³⁶, os evangélicos progressistas³⁷ e os grupos Padres da Caminhada e Padres contra o Fascismo³⁸ expressaram sua solidariedade às famílias dos mortos por covid-19 e sua gratidão aos profissionais de saúde e demais trabalhadores de serviços essenciais que estão na linha de frente. Esses documentos se dirigem majoritariamente à sociedade e convidam todas e todos a se engajarem de forma solidária para enfrentar a pandemia e se opor às tentativas de avanço do autoritarismo.

Por fim, o que destacamos aqui, é que alguns manifestos mobilizam um terceiro sentido de solidariedade pautado em seu caráter público e democrático. Desse modo, esses documentos reivindicam uma solidariedade pública - que extrapola as ações comunitárias e locais de ajuda mútua e deve ser aplicada à sociedade de forma geral - e democrática - pois seria dever do Estado guiar-se por esse princípio e aplicá-lo em todas as suas ações visando promover e garantir vida digna à todos os membros da comunidade. Essa solidariedade tem um forte sentido de responsabilidade pública, pois não cobra apenas ações do Estado, mas estende a todos os membros da sociedade o chamado para que se guiem por esse valor.

Ao conferir lugar de destaque à solidariedade, seus defensores parecem buscar devolver à noção de cidadania seu caráter coletivo. Desse modo, os cidadãos não são somente aqueles que pagam impostos e respeitam as leis, mas aqueles que estendem sua atenção aos demais. Essa nos parece ser uma das potências desse sentido de solidariedade que está em gestação.

³⁵ Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental

³⁶ Manifesto dos espíritas progressistas pela abertura do processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão.

³⁷ O governante sem discernimento aumenta as opressões – Um clamor de fé pelo Brasil.

³⁸ Caminhamos na estrada de Jesus.

Ao defenderem a construção de um projeto de futuro pautado nesse sentido de solidariedade, que coloca no centro o bem-estar coletivo e não o individual, eles pretendem se contrapor ao individualismo propagado por aqueles que apostam no neoliberalismo e na desresponsabilização do Estado.

No seguinte trecho do manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)³⁹ é possível ver como esses elementos se combinam:

Não podemos idealizar o futuro sem debater os esforços necessários para sustentar a vida e reduzir os danos no agora. No entanto, tampouco podemos sucumbir ao imediatismo de não nos desafiar a imaginar teias da vida mais sustentáveis e solidárias nos tempos que virão. A solidariedade é condição e resultado de seu próprio exercício cotidiano. Enxergamos potência nas redes emergentes de afeto, de cuidado entre vizinhas, vizinhos e comunidades, na doação de tempo e recursos, nas pias comunitárias, nos projetos de apoio social, na confecção local de insumos de higiene e, sobretudo, na continuação de processos políticos e sociais que seguem tecendo horizontes futuros.

É essa concepção de solidariedade pública e democrática que parece estar sendo reivindicada e compartilhada nos manifestos analisados e que parece inspirar a construção e a resiliência de algumas articulações.

De acordo Laville (2016 *apud* Pleyers, 2020, p. 301), a “solidariedade é antes de tudo a construção de diferentes relações sociais”. Ele chama atenção para seu potencial pré-figurativo. Pois quando praticada ativamente nas interações cotidianas, ela tem o potencial de transformar essas relações sociais. Assim sendo, incorporar esse sentido público e democrático de solidariedade - que se tornou “parte fundamental do ativismo e uma contribuição crucial dos movimentos populares contemporâneos” (Pleyers, 2020, p. 301) - pode contribuir para o desenvolvimento de novas dinâmicas sociais e avanços democráticos.

4. Conclusão

³⁹ Carta Política Pandemia e Injustiça Social.

Nosso objetivo neste artigo era argumentar que tanto a pandemia quanto as tentativas de “fechamento” do regime político redefiniram as oportunidades políticas para os movimentos. Ao se depararem com um contexto que era mais de ameaça do que de oportunidade, os movimentos brasileiros operaram três deslocamentos significativos. Conforme apresentamos, o primeiro deslocamento corresponde à reação dos movimentos às ameaças da pandemia e da desdemocratização. Eles não apenas fizeram propostas para lidar com a pandemia e seus efeitos, mas se posicionaram fortemente em defesa da democracia. O segundo deslocamento diz respeito ao esforço feito pelos movimentos de construir pontes entre as pautas tradicionalmente defendidas por eles e as urgências postas pela pandemia. Para ilustrar isso, apresentamos como exemplo as pontes criadas por eles em duas causas, a da saúde e a defesa da democracia. Por fim, o último deslocamento feito por esses atores sociais é a proposição de uma concepção alternativa de solidariedade de sentido público democrático - que ainda está em construção, mas expressa um forte sentido de dever coletivo de responsabilidade pública.

A sociedade civil se posicionou fortemente na conjuntura, com um amplo leque de pautas e de sujeitos. Os dados coletados nos manifestos apontam que nos primeiros meses de pandemia, a preocupação no Brasil não foi apenas com a saúde, mas com um conjunto amplo e variado de causas. Não deixa de ser surpreendente como, em meio a pandemia, o tema da democracia se destaca e ganha relevância no Brasil.

A análise cronológica desse conjunto de documentos nos permitiu acompanhar a evolução dos “diálogos” feitos entre os proponentes dos manifestos e os atores interpelados por eles. Em relação às causas da saúde e da democracia é possível ver nos documentos um esforço dos atores sociais de exercer o que Pleyers (2020)⁴⁰ nomeia como controle sobre os políticos. No que diz respeito à causa da saúde, eles se dirigiram aos poderes públicos e cobraram ações adequadas para enfrentar a pandemia. Além disso, fizeram propostas de reorganização das contas públicas para ampliar o investimento no SUS e sugeriram a melhoria ou criação de políticas públicas

⁴⁰ Segundo Pleyers (2020), os movimentos sociais de base desempenharam cinco papéis nesse contexto: protestos, defesa de direitos dos trabalhadores, ajuda mútua e solidariedade, controle dos políticos, e educação popular.

para otimizar o combate à pandemia. Em relação à causa da democracia, eles exerceram seu papel de controle ao denunciar publicamente ataques aos valores democráticos e às sucessivas tentativas de sobreposição de um poder sobre o outro. Também cobraram dos poderes legislativo e judiciário ações concretas de defesa da democracia e chamaram a sociedade a resistir às tentativas de fragilização da democracia.

Para Pleyers (2020), a pandemia também abriu oportunidades para os atores progressistas disputarem a construção de um mundo mais justo. Ao competirem com atores reacionários, capitalistas, populistas e estatais para moldar o significado da crise e as soluções para sair dela, os movimentos sociais teriam a possibilidade de pautar e ampliar a discussão sobre projetos de futuro e modelos alternativos de desenvolvimento no debate público. Conforme as análises feitas até o momento, os manifestos indicam que um dos elementos que esses projetos de futuro devem adotar é a defesa de uma solidariedade de sentido público e democrático.

Não é possível afirmar com certeza, mas uma hipótese para o futuro é que a ocorrência de novas alianças entre diferentes atores - expressa pelas assinaturas nos manifestos uns dos outros e pela criação de pontes entre suas causas - e a existência de diagnósticos comuns sobre as causas dos problemas de ordem social e econômica e as soluções necessárias para saná-los (Pleyers, 2020), têm o potencial de servir como argamassa para a construção de novas alianças e para amplificar a discussão de projetos de futuro que sejam viáveis ambiental, econômica e socialmente.

Referências:

ABERS, Rebecca; Bülow, Marisa von. *A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)*. Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho. [<https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>]

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, Junho 2014.

ALMEIDA, Carla. “O marco discursivo da “participação solidária” e a nova agenda da formulação e implementação de ações sociais”. In: DAGNINO, Evelina et al. *A disputa pela construção democrática*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006

ANDION, Carolina. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil. *Rev. Adm. Pública* 54 (4), Jul-Aug 2020.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v.02.03: 21-41, 2012.

ALVES, Mário Aquino; Costa, Marcelo M. da. Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência. *Rev. Adm. Pública* 54 (4), Jul-Aug 2020.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 149-164, 2018.

BAHIA, Ligia; Chade, Jamil et al. “A tragédia do coronavírus/ covid-19: uma análise do desgoverno/governo Federal 2020/2021”. Documento entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado Federal (28 de abril de 2021).

BIANCHI, Bernardo; Chaloub, Jorge et al., *Democracy and Brazil: collapse and/*. London and New York: Routledge, 2021

BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Politéia, 2019.

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. *Boletim Direitos na Pandemia* [Internet]. 2021 [citado 2021 jun 21];10. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>

DELLA PORTA, Donatella. How progressive social movements can save democracy in pandemic times Donatella della Porta. *Interface: a journal for and about social movements. Movement report*. Volume 12 (1): 355–358, July, 2020.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3. Brasília, janeiro-julho, 2010, p. 219-229.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Solidariedade democrática em movimento: respostas à grande crise da pandemia de Covid-19. *Revista NAU Social* - v.11, n.21, Nov 2020 / Abr 2021, p. 281 – 291.

GALINDO, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” *Food for Justice Working Paper Series*, nº. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

Oxfam Brasil, Relatório “Nós e as Desigualdades” Maio de 2021. [<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2021/>]

PLEYERS, Geoffrey. The Pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown, *Journal of Civil Society*, 16:4, 295-312, 2020

SNOW, David A., et all. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 4. (Aug., 1986), p. 464-481.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Ana Claudia C.; PISMEL, Adriana C. *Manifestos Públicos em Tempos de Covid-19*. Campinas: NEPAC/UNICAMP, setembro de 2020.

[https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/manifestos_publicos_em_tempos_de_covid_19.pdf]

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. University of Chicago Press, 2006.

Linha do tempo da evolução dos manifestos públicos produzidos entre abril e agosto de 2020

Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu)

Urgente apreciação de medida cautelar e da tutela de urgência incidental para suspensão dos efeitos dos artigos 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela Emenda Constitucional 95, de 2016

Central Única das Favelas (CUFA)

Propostas de medidas para reduzir os impactos da pandemia de covid19 nos territórios das favelas brasileiras

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Contra a pandemia, a opção é solidária

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia

Articulação das Mulheres Brasileiras

Fora Bolsonaro e Mourão! Queremos Nova Eleição! 1º de Maio de 2020 - Dia de Luta de toda a classe que vive do trabalho

Assinaturas individuais

Manifesto pela unidade antifascista

70 entidades signatárias

Defender os serviços públicos Pela garantia do acesso À água e ao esgotamento sanitário para toda a população

Levante das Mulheres Brasileiras

Manifesto Levante das Mulheres Brasileiras #MulheresDerrubamBolsonaro

Diretoria executiva da ABONG

Nota Pública – por um Brasil solidário #FORABOLSONARO



Central dos Movimentos Populares (CMP) e mais cinco movimentos nacionais

Propostas dos movimentos populares para enfrentar a crise do coronavírus

Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB)

Carta das Mulheres Negras sobre o Covid-19 à sociedade brasileira

Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo

Para salvar vidas e não os lucros: FORA BOLSONARO!

Plataforma Emergencial

Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus

Pacto pela Democracia

Manifesto Juntos pela democracia e pela vida

Grupo de atletas e ex-atletas

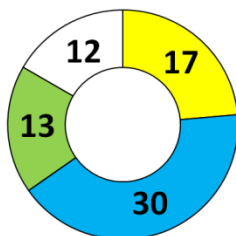
Esporte pela democracia

Coalizão Negra por Direitos

Movimento Negro pelo Impeachment

Frente Impeachment Já

Em defesa da vida, do emprego e da democracia: IMPEACHMENT JÁ!



- Causa da Saúde predomina
- Causas da Saúde e Democracia são predominantes
- Causa da Democracia predomina
- Outras causas predominam